

# 04

Vilas operárias e higienismo na cidade de Vitória, as iniciativas governamentais no Espírito Santo - Brasil.



As vilas operárias foram a materialização habitacional da política higienista promovida pelos governos para a transformação das cidades - novos padrões funcionais e formais. O processo de industrialização foi propulsor dessas alterações em busca de um habitat operário compatível com as necessidades básicas de reprodução da força de trabalho. A participação de médicos e engenheiros sanitaristas norteou as reformas urbanas. Em Vitória o engenheiro Saturnino de Brito projetou o "Novo Arrabalde" em 1896 onde previu duas vilas operárias. A construção de moradia para os empregados remete ao período da escravidão, porém na cidade as vilas operárias estão relacionadas ao período industrial e como o café permaneceu por mais tempo como principal produto da economia capixaba as vilas surgiram a partir da primeira década do século XX. Em Vitória a formação de cortiços foi tímida e não houve corrida no início do século passado por habitação na região central. O aterro e loteamento do Campinho, concluído em 1912 e a construção de vinte e oito casas para funcionários estatais em suas imediações foram às primeiras iniciativas do governo relacionadas à habitação operária na cidade. As vilas operárias em Vitória, suas causas e simbolismos são análises que o presente trabalho propõe-se realizar.

***Workers' villages and hygienism in Vitória city, the government initiatives in Espírito Santo - Brasil.***

*The workers' villages were the materialization of the hygienist housing policies promoted by governments to transform cities - new functional and formal patterns. The industrialization process was propelling of these changes in search of a habitat labor compatible with the basic necessities of reproduction labor power. The participation of medical and sanitary engineers guided the urban reforms. In Vitória the engineer Saturnino de Brito designed the "Novo Arrabalde", in 1896, where foresaw two working villages. The housing construction for employees refers to slavery period, but in towns, the workers' villages are related to the industrial period and, how the coffee stayed longer as the main state economy product, villages emerged from the first decade of the twentieth century. The formation of slums in Vitória was shy and there was no race early last century for housing in the central region. The Campinho landfill and allotment, completed in 1912, and the construction of twenty-eight houses for government officials in the surroundings areas were the first initiatives related to workers' housing in the city government. The workers' villages in Vitória, its causes and symbolisms are the analysis that this present work purposes.*



**Autora**

**Dra. Arq. Luciana Nemer Diniz**

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal Fluminense  
Brasil

**Palavras chaves**

Cidade  
Governo  
Habitação  
Higienismo  
Vila operária

**Key words**

City  
Government  
Housing  
Hygienist  
Working village

---

**Artículo recibido | Artigo recebido:**

28 / 02 / 2015

**Artículo aceptado | Artigo aceito:**

25 / 11 / 2015

---

**Emails:** luciana\_nemer@ig.com.br

## INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo é apresentar os resultados da investigação analítica e interpretativa, na capital capixaba, da pesquisa: Habitação Popular em regiões portuárias - Rio de Janeiro e Vitória. Uma perspectiva histórica. Neste sentido, este se inscreve no campo da história social da arquitetura e do urbanismo articulando o espaço construído às políticas norteadoras para a habitação do operariado que definiu novas identidades a área central de Vitória.

Quanto ao recorte temporal, se destacou o período histórico que inicia no final do século XIX, período de transformações de ordem econômica, social, política e cultural e se encerra nos anos 30 do seguinte quando, sob o olhar da investigação da habitação popular, a construção de casas passa a ser financiada pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões iniciando a produção social de moradias.

A questão principal é registrar as transformações territoriais apresentando as vilas que foram construídas na cidade no período em questão. As políticas higienistas e seus desdobramentos deram início ao processo que se estendeu por cerca de quatro décadas.

Os resultados apresentados a seguir compõem o panorama da habitação popular coletiva planejada dentro dos preceitos do higienismo na capital capixaba.

## METODOLOGIA

Ao coletar a bibliografia relacionada à temática da pesquisa selecionou-se alguns títulos por se referirem à história da cidade e outros por relatarem a história pelo viés da habitação popular. Algumas obras descrevem detalhadamente os fatos históricos e outras se utilizam de uma visão mais reflexiva.

Para a pesquisa foram utilizadas fontes primárias (visitas aos locais e coleta de informações) e secundárias, utilizando-se de diferentes métodos. A investigação sobre as vilas se apoiou em levantamento de documentos de caráter cartográfico (mapas históricos), iconográfico (plantas e fotografias) e impresso (relatórios governamentais).

## Vilas operárias em Vitória

A ocupação espacial de Vitória nos primeiros séculos se restringiu ao seu núcleo histórico com edificações localizadas na área de topografia acidentada onde o solo era firme. Estas eram construídas em ladeiras estreitas e tortuosas evitando o risco dos alagamentos pela alta das marés. A necessidade de aterros foi requisito para a expansão da área central.

“Os primeiros aterros foram na parte baixa junto ao Porto dos Padres e o Largo da Conceição realizados com enormes dificuldades de recursos e de mão-de-obra qualificada que dependiam, muitas vezes, da boa vontade dos ricos moradores locais.” (Souza e Ribeiro, 2009).

No período colonial a agricultura não atraía os contingentes de população que necessitava, utilizava mão de obra indígena administrada pelos jesuítas. A produção econômica da região era pequena e não gerava recursos para investimento na capital.

Em meados do século XVIII a coroa portuguesa determinou que a capitania servisse como barreira oficial de defesa do ouro de Minas Gerais e por este motivo foram enviados para a região os engenheiros militares.

“A capitania do Espírito Santo serviu, no período colonial, como escudo protetor” (Bittencourt apud Moraes, 2014) do ouro de Minas.

O escoamento do ouro se dava somente pelo porto do Rio de Janeiro e o porto de Vitória perde a oportunidade de crescimento.

“Antes da última década do século XIX poucas e inexpressivas foram as transformações de âmbito urbanístico, a cidade convivia com características coloniais, sem infraestrutura, água, esgoto e iluminação pública.” (Mendonça, 2009). Foi a agricultura voltada para a exportação (o café) propulsora de mudanças urbanas.

Na metade do século XIX, os engenheiros fizeram-se mais presentes na vida pública. No governo de Muniz Freire (1892-1896) a Comissão de Melhoramentos da Capital presidida pelo engenheiro Saturnino de Brito realizou o Projeto do Novo Arrabalde (1896).

O projeto dava à capital ares de modernização dentro da ótica da nova ordem republicana e da filosofia positivista de Auguste Comte. No que tange à habitação previa a construção da Vila Monjardim (núcleo operário) chegando a definir um “tipo de casa para proletário” (projeto do engenheiro Trajano de Medeiros).

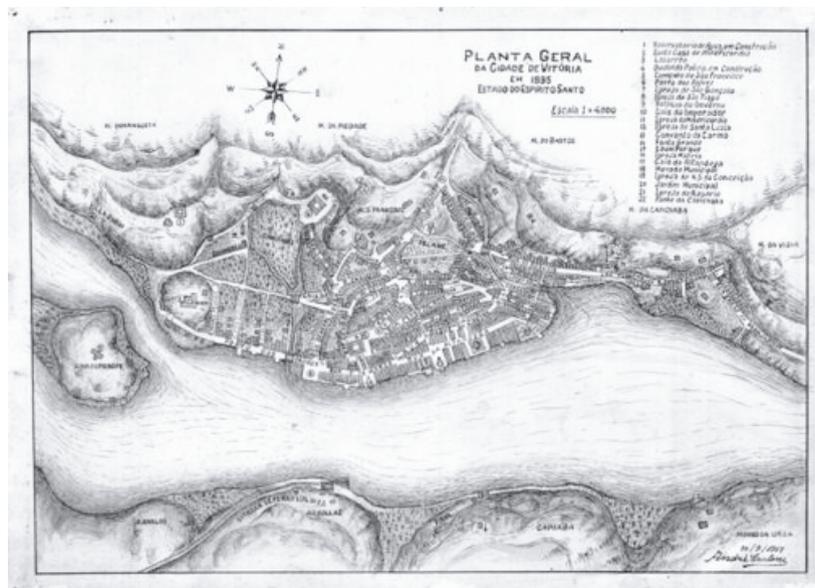


FIGURA 1 | Planta da Cidade de Vitória em 1895. Fonte: IPHAN, 1967

No mesmo período é realizado pela companhia Torrens o Plano de Arruamento para a Vila Moscoso na região conhecida como Lapa do Mangal, Mangal do Campinho ou Campinho, área alagada que sofreu posteriormente vários aterros em nome da salubridade pública.

Na figura 1 a seguir, observa-se à esquerda a área do Campinho aterrada.

“O plano trazia um novo padrão urbanístico para Vitória prevendo um parcelamento que se diferenciava do modelo colonial existente, porém, no fim do governo de Freire, as obras da Vila Moscoso ainda não tinham sido realizadas, devido à crise financeira.” (Bellini, 2014).

No início do século XX uma nova ordem se estabelece constituindo-se capitais mais dignas e belas.

As reformas consistiram em saneamento básico, ordenamento e extensão da malha de circulação viária, escoamento de águas pluviais, indução e desenvolvimento da produção, reaproveitamento do solo urbano, melhoramento dos serviços a cargo da Prefeitura, abertura de escolas primárias, ampliação do atendimento médico de ordem pública e delineamento de horizontes futuros como as avenidas litorâneas que deveriam permitir o acesso eficiente de uma extremidade a outra da cidade (PCRJ, 1997, p.18).

O trecho acima se refere à cidade do Rio de Janeiro, mas, é adequado a capital capixaba no mesmo período.

“A condição sanitária da capital propiciava surtos e moléstias, por muitas vezes, atingindo cifras impressionantes e exterminando quase que populações inteiras.” (Derenzi, 1965).

A geografia da ilha era fator agravante, a ligação com o continente era somente realizada por via marítima ou pela ponte da passagem (1801), que ficava localizada na direção oposta à área central, no entanto, no ponto mais estreito para transposição para o continente.

O custo para a realização das obras de saneamento, abastecimento d’água e instalação de redes de esgoto implicava em vencer acidentes geográficos ou contornar grandes áreas o que as tornava incompatíveis com os recursos disponíveis.

Somente no governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912) a arrecadação voltou a crescer o que refletiu em obras na cidade: a implantação das redes de água e esgoto e a iluminação pública que deu a Vitória o nome carinhoso de “Cidade Presépio”. O embelezamento da região do Campinho e a introdução do bonde também foram iniciativas de seu governo.

Na figura 2 é possível diferenciar a direita a implantação inicial da cidade com seu traçado orgânico acompanhando a topografia e a nova área aterrada a esquerda com traçado ortogonal.

A maior regularização das ruas com paralelismos, ortogonalismos e a presença mais forte de linhas retas criou novas perspectivas que se abrem para dentro da cidade. Segundo Klug (2009) é a cidade que se abre para quem chega a ela.

A regularização do novo bairro conquistado ao manguê, com ruas paralelas e ortogonais, incluía a destinação de uma grande área central para um parque público na cidade, o primeiro que não era apropriação de antigos espaços coloniais e que era projetado especificamente dentro dos padrões urbanísticos do século XIX: o de um programa que incluía na urbe lazer e saúde.

Dentre os conceitos de salubridade constavam os aterros aos mangues, locais que originavam as doenças. Para Cruz (2010) embora os aterros colaborassem para a melhoria das condições sanitárias da capital, apresentavam um forte caráter econômico e ideológico, com seu foco na transformação da capital em um importante centro de comércio.

Na virada do século XIX para o XX, diferentemente da capital da república, em Vitória não se apresentavam os cortiços, estalagens e casas de cômodo. As habitações das classes mais desfavorecidas eram modestas porém esparsas.

Embora segundo Cruz (2010) não tenha havido corrida por habitação na região central, o documento do Estado do Espírito Santo —Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio 1909— 1912 relata a dificuldade sentida pela população pela falta de habitação.

Na linha do pensamento sanitário, da ordenação e do embelezamento da cidade o governo propôs medidas para sanar esta carência.

“Para estimular a iniciativa particular e havendo casas ocupadas por 2 a 3 famílias reunidas, contratei com o Senhor Coronel Antônio José Duarte a construção de 50 à 100 casas no Campinho, as quais ele iria construir por grupos parciais.” (Gees, 1913).

A construção, pelo governo do estado, do grupamento de casas do Campinho para funcionários estatais pode ser vista como o primeiro conjunto habitacional construído diretamente pelo poder público. Junto ao conjunto a Sociedade Constructora de Victoria levan-

tou novas casas à Rua Vasco Coutinho. E próximas a estas e ao quartel foi construída a Vila Militar.

Na década de 20, Vitória era o principal centro comercial do Espírito Santo; foram iniciadas as obras do porto, inaugurada a “Cinco Pontes” no Governo de Florentino Avidos e aberta a Avenida Capixaba.

“As novas ruas e aquelas que foram retificadas no interior do núcleo inicial ocupavam um sítio físico mais plano, fruto de aterros onde malhas racionalistas desenhavam figuras regulares.” (Klug, 2009). A figura 3 exemplifica o descrito pela autora.

Na mesma figura é possível observar os conjuntos residenciais da Rua Coutinho Mascarenhas, Rua Gama Rosa, Rua Aristides Freire e Rua Deocleciano de Oliveira localizados próximos a Praça Costa Pereira (antigo Largo da Conceição) já aterrado desde o século XIX.

O Engenheiro Henrique de Novaes desenvolve planos para Vitória, inspirado no urbanista francês Alfred Agache, na década de 30. Na linha da remodelação e do embelezamento, suas propostas concentraram-se na área insular onde o aterro dos manguezais de Jucutuquara proporcionaram a criação da zona industrial da cidade.

Tal aterro permitiu a implantação do projeto do Novo Arrebalde, conforme figura 4 (área preenchida na cor azul), solucionando o problema das cheias em Jucutuquara e permitindo a construção do núcleo operário. Identificados também na imagem estão o Solar de Monjardim, sede da fazenda que deu nome ao bairro e as Vilas Hortícola e Monjardim.

De acordo com Mendonça (2009) a Vila Hortícola prevista no projeto de Saturnino de Brito representando a área agrícola do projeto, com 400 mil metros quadrados, transformou-se em bairro residencial sem destinação social, no entanto a Vila Monjardim, em núcleo operário, com 112 mil metros quadrados.

O funcionamento da fábrica União Manufatora de Tecidos e Sacaria de Jata só foi viável pela construção da referida vila operária que iniciou em 1924. Esta se localizava a margem da Avenida Vitória, esta que anteriormente era conhecida como Reta do Rumão e Reta do Constantino.

“Jucutuquara, distante três quilômetros do Centro, era servido por bondes. Nada mais que o “portal do bairro”, a presença da fábrica e sua vila eram sinal de progresso.” (Derenzi, 1965).



FIGURA 2 | Projecto da Planta Definitiva de Victoria. Fonte: Arquivo do Estado do ES, 1913.



FIGURA 3 | Planta Cadastral da Zona Urbana da Cidade de Vitória – 1933. Fonte: Arquivo do Estado do ES, 1933.



FIGURA 4 | Mapa com aterros até 1927. Fonte: KLUG, 2009

Ainda sobre o bairro de Jucutuquara, Florentino Ávidos, ao encerrar seu governo declara ter implantado os primeiros conjuntos habitacionais de Vitória na Avenida 15 de Novembro.

A construção de casas populares na cidade de Vitória, que foi iniciada na região do Campinho e teve continuidade no bairro de Jucutuquara se deu a partir das políticas dos governadores.

“Das poucas vilas construídas na capital, grande parte foi resultado de ações governamentais. A construção das mesmas não estava ligada a indústria e ao sentido e vila operária.” (Cruz, 2010).

### Vilas higiênicas e vilas operárias

Até o início do século XX a unidade tradicional entre moradia e trabalho não havia sido completamente eliminada pelo modo de produção capitalista que se implantava lenta e gradativamente em nossa sociedade escravista e patriarcal. Era comum que os patrões oferecessem moradias para seus empregados, do mesmo modo como era problema exclusivo dos senhores alugar seus escravos, não havia interferência dos setores públicos nem fiscalização e grande parte dos trabalhadores, mesmo os livres, morava em seus locais de trabalho.

A crise que sucedeu a abolição da escravatura permitiu a ascensão dos militares ao poder e a proclamação da república, além do surgimento de uma nova burguesia comercial que investia em transportes, serviços públicos e na indústria.

“Uma nova classe operária surgiu como crescimento da economia cafeeira passando a representar importante papel no desenvolvimento do país.” (VARON, 1987). A indústria que começava a desapontar como oportunidade para o capital acumulado da produção cafeeira, se beneficiou desta situação.

A indústria têxtil se estrutura sobre o aumento de crédito e o crescimento da população urbana.

O governo imperial que já se preocupava com o problema da moradia dos pobres, edita na década de 50 do século XIX a primeira lei que dava benefícios às empresas particulares para a construção de habitações higiênicas, no entanto, os capitalistas construíam cortiços visando grandes lucros.

Segundo Cruz (2010) a formação de cortiços, de casas de conforto e de estalagens na área central de Vitória foi tímida e discreta.

Após três décadas e doze concessões distribuídas não havia sido construída uma só vila operária no Rio de Janeiro. A construção dos conjuntos com incentivos governamentais só se concretizou depois do advento da república. Os relatórios das juntas de higiene públicas e a presença dos médicos foram fundamentais para atestar a necessidade dos melhoramentos.

“Na segunda metade do século XIX, sucediam-se as denúncias de médicos higienistas, os relatórios de engenheiros sanitaristas, os pareceres de comissões de notáveis e os editoriais da imprensa apontando para as péssimas condições físicas das moradias.” (Vaz, 2002).

Os relatórios além de descreverem a crítica situação da habitação precária estipulavam critérios para uma habitação salubre.

Para garantir as condições de higiene, a nova moradia que deveria substituir as habitações coletivas insalubres deveria, necessariamente, incorporar inovações técnicas e sanitárias de alto custo. Para garantir as condições de ordem, moralidade e disciplina, a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes. Deveria dispor de mais elementos de uso privativo e menos elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus

moradores. Para que este modelo se tornasse real, o custo seria altíssimo e incompatível com os salários das classes trabalhadoras. Para construí-la e torná-la barata e acessível aos destinatários, eram imprescindíveis facilidades e isenções através das concessões. (Vaz, 2002, p. 38-39).

Neste período eram estipuladas recomendações relacionadas à cubagem dos cômodos, a quantidade de aberturas, à manutenção do aparelhamento sanitário voltado para a face externa da edificação, a importância do quintal exclusivo e de dormitórios separados para adultos e crianças. Requisitos relacionados à salubridade, à ventilação e à iluminação e mecanismos para combater a promiscuidade das habitações coletivas.

“Chamam-se *villas operárias*... Mas devo acaso definir eu o que sejam estas habitações *higienicas* e baratas que todos os países civilizados constituem para dar agasalho às classes proletárias.” (Backheuser, 1905).

Delineavam-se dois tipos distintos de habitação planejada para a classe operária no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX: a Vila Higiênica e a Vila Operária.

A construção de vilas econômicas e higiênicas não encontrou na capital capixaba as dificuldades da capital federal no que diz respeito à disponibilidade de terras. Na área central, na região do Campinho, os empresários transformaram segundo a Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio 1909–1912 a face norte da Villa Moscoso com a abertura de novas ruas.

“A primeira voltada à acomodação de famílias nos centros urbanos, constituindo-se normalmente de iniciativas de empreendedores imobiliários que recebiam incentivos como isenções fiscais e facilidade para aquisição de materiais de construção.” (Jeronymo, 2011).

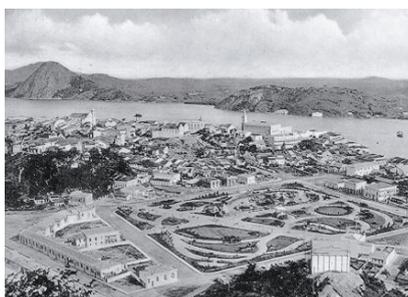
A vila operária, sempre relacionada a uma fábrica, que necessitava estar próxima a cursos d’água, se localizava fora dos centros urbanos em terrenos grandes conforme descrito a seguir:

“Muitas empresas criaram não só vilas, mas verdadeiras cidades porque se estabeleciam em locais isolados onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos.” (Bonduki, 1998).

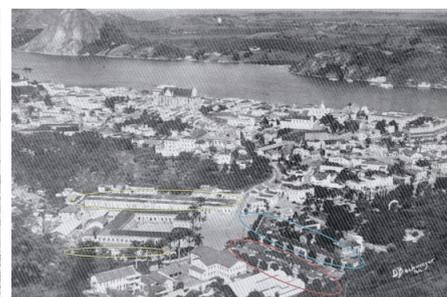
Construídas por empresários, tinham o objetivo de fixar os moradores no local, para tal dispunham de infraestrutura semelhante a uma cidade. Equipamentos



**FIGURA 5** | Casas do Campinho. Fonte: Arquivo do Estado do ES, 1911



**FIGURA 6** | Casas da Rua Vasco Coutinho. Fonte: IPHAN, s/ data.



**FIGURA 7** | Vista da Vila Militar, Casas do Campinho e Rua Vasco Coutinho. Fonte: IPHAN, s/ data.

de lazer, escola, mercado e igreja atendiam as necessidades e agregava valor à habitação. Os operários usufruíam dos serviços e pagavam pelos mesmos.

“No caso das vilas operárias o industrial ao alugar a seu operário uma casa, além de extrair a mais valia através da compra da força de trabalho recebe, na forma de aluguel, uma parte do valor pago ao operário.” (Varon, 1987).

O capitalista industrial obtém nessa relação o que se poderia chamar de uma dupla mais valia ao incorporar as duas funções: de industrial e de empreendedor locador. A manutenção do trabalho significava a manutenção da casa.

Além da dependência econômica na vila operária a habitação serviu para pressionar o comportamento do operário urbano à medida que existiam regras para a fábrica e normas para as vilas, muitas delas interdependentes.

As vilas de Vitória, listadas a seguir, eram todas localizadas na área central e apenas a Vila Monjardim foi construída relacionada à implantação da Fábrica União.

#### **Casas do Campinho**

As Casas do Campinho são consideradas o ponto de partida da habitação popular subsidiada pelo governo na capital capixaba.

“Jerônimo Monteiro instituiu, em dezembro de 1910, a Caixa Beneficente e por meio dela viabilizou diversos benefícios aos funcionários estatais, como o financiamento da casa própria.” (Cruz, 2010).

Da iniciativa do governante foi construído nas imediações do Parque Moscoso vinte e oito casas para venda em longo prazo para os funcionários estatais entre

a Rua do Norte e o Quartel de Polícia nas proximidades do Parque Moscoso conforme figuras 5 e 7.

“Felizmente posso noticiar que já se acham concluídos o aterro e as vinte e oito casas da villa “Moscoso.” (CES, 1911).

Nos dias atuais, nas ruas que contornam a quadra, a verticalização, bem como a reforma das fachadas pelos moradores modificaram o perfil de vila e em poucas unidades encontram-se traços que remetem à arquitetura eclética do início do século XX.

Elementos mais marcantes da arquitetura como o chanfrado da esquina permaneceram para testemunhar a existência do antigo conjunto. Também em algumas unidades é possível visualizar a platibanda e os frisos que remetem à arquitetura original. O Estudo para o Tombamento do Centro Histórico de Vitória realizado pela UFES inventariou uma residência desta vila que recebeu como indicação do grau de proteção: merecendo tombamento ou identificação apesar do alto grau de descaracterização.

#### **Casas da Rua Vasco Coutinho**

Após a construção do Conjunto de Casas do Campinho nova área foi disponibilizada nas proximidades deste e do quartel.

Este conjunto de casas pode ser observado à esquerda do Parque Moscoso, já urbanizado, na figura 6. As casas continham elementos da arquitetura mourisca e as esquadrias alternavam entre vergas retas e em arco pleno.

Atualmente apenas uma residência conserva a porta de entrada original bem como o óculo sobre a verga. Outros elementos encontrados foram os frisos que emolduram a platibanda.

### **Vila Militar**

As casas da Vila Militar Construídas lateralmente ao quartel da Polícia Militar, que havia sido inaugurado em 1896.

“No governo de Marcondes Alves de Souza (1912 a 1916) construiu-se a Vila Militar, um conjunto de casas para oficiais originando a Rua dos Funcionários, atual Rua Soldado Antônio Farias, a Rua Bernardino Monteiro e a Rua Marcondes de Souza.” (UFES, 2002).

O Estudo para o Tombamento do Centro Histórico de Vitória realizado pela UFES inventariou sete residências desta vila que receberam como indicação do grau de proteção: merecendo tombamento ou identificação. De fato, é possível encontra-las com sua escala mantida e elementos de fachada preservados.

Na figura 7 é possível visualizar os três conjuntos da Região do Parque Moscoso, onde em vermelho são as casas do Campinho, em azul as da Rua Vasco Coutinho e em amarelo a Vila Militar construída ao lado direito e esquerdo do quartel.

A data da construção da Vila Militar é posterior a 1912, esta e as duas anteriormente construídas compuseram o conjunto de casas higiênicas para da região do Parque Moscoso. Desta forma funcionários estatais e militares obtiveram residências subsidiadas pelo governo na região que surgia dentro dos novos preceitos sanitaristas e de embelezamento. Famílias de camadas sociais mais abastadas também adquiriram terrenos e construíram suas residências nas ruas lindeiras ao parque e suas imediações. A cidade realiza na segunda década do século XX o que previa o plano Torrens do século anterior.

### **Casas das Ruas Aristides Freire e Deocleciano de Oliveira**

As Ruas Aristides Freire, do Vintém e Deocleciano de Oliveira compõem conjunto de casas que foi construído nas proximidades da Praça Costa Pereira identificado na Planta Cadastral da Zona Urbana da Cidade de Vitória - 1933 - figura 3.

Na mensagem apresentada pelo Senhor Presidente do Estado do ES, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, entre demais feitos do quadriênio de 1924-1928, (GEES, 1928), é citada a construção do *Grupo de Casas para Funcionários no Bairro do Mulundú*.

A Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo de 1936, do governador João Punaro Bley, apresenta a Rua Aristides Freire com calçadas e meio fio, as casas para funcionários construídas bem como a Rua Graciano Neves urbanizada. (GEES, 1936).

Assim como em relação ao Conjunto de casas da Rua Vasco Coutinho, o Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizado pela UFES não as indicou para o inventário possivelmente pelo grau de descaracterização de ambos. Ainda assim, na Rua Aristides Freire foi possível identificar numa das casas as linhas geometrizadas que remetem ao art déco dos anos 20 ou 30 do século passado.

### **Casas da Rua Gama Rosa**

“Na reconstrução da cidade de Vitória se destacou a figura do italiano André Carloni, mestre autodidata que atuou na construção de prédios públicos e nos primeiros conjuntos residenciais para funcionários públicos como o da Rua Gama Rosa.” (SECULT, 2009).

Contemporâneas as Casas do Campinho foram também construídas entre 1908 e 1912 no governo de Jerônimo Monteiro.

“O conjunto era formado por casas de plantas idênticas, porém rebatidas e a mesma fachada. Foram entregues com total infraestrutura como água encanada, energia elétrica e até telefone.” (UFES, 2002)

A única edificação que conserva o desenho original da fachada e das esquadrias abriga um restaurante. No Estudo para o Tombamento do Centro Histórico de Vitória realizado pela UFES esta foi indicada com o seguinte grau de proteção: merecendo tombamento ou identificação e possui um bom estado de conservação.

### **Casas da Rua Coutinho Mascarenhas**

No início do século passado foi realizado o calçamento da Rua Coutinho Mascarenhas e inaugurado juntamente com o conjunto de casas (figura 8). Há controvérsias quanto ao período da conclusão da construção das mesmas, enquanto o Estudo para o Tombamento do Centro Histórico de Vitória realizado pela UFES aponta para o governo de Jerônimo Monteiro a pesquisa no local identificou a data de 1925 no frontão de uma das quatro unidades remanescentes.



FIGURA 8 | Vista do Conjunto da Rua Coutinho Mascarenhas. Fonte: IPHAN, s/ data.

Foram construídas em aterro sobre área de mangue. “A área conhecida como “Pelames” era toda alagadiça e foi aterrada pelo governador Francisco Alberto Rubim. Em 1858 o governador Coronel Monjardim desapropriou terrenos e casas para construção da Praça Ubaldo Ramallete.” (UFES, 2002).

“O aterro tinha sido concluído no governo de Afonso Cláudio e durante a gestão de Jerônimo Monteiro nesta Rua Coutinho Mascarenhas e na Rua Gama Rosa foram construídas casas para funcionários públicos.” (UFES, 2002).

Das casas geminadas restaram, com médio grau de descaracterização, quatro unidades sendo que apenas duas geminadas. Fazem parte do inventário merecendo tombamento ou identificação.

Com os conjuntos da região da Praça Costa Pereira o governo subsidiou até a década de 30 casas para funcionários estatais e militares dando continuidade ao Projeto de Jerônimo Monteiro.

#### Vila Monjardim

A construção da Vila Monjardim nos anos 20 foi de fundamental importância para abrigar os operários da primeira indústria têxtil de Vitória. A União Manufatura de Tecidos e Sacaria de Juta foi propulsora para formação do Bairro Operário de Jucutuquara.

O complexo necessário para a instalação da Fábrica de Tecidos União marcou indelevelmente a paisagem do bairro: vila operária e equipamentos públicos.

A fábrica tinha uma importância vital para a população de Jucutuquara, em Faria (2010) o nome do bairro se deve ao produto – sacaria de juta, e ainda este atribui a mesma a origem do bairro.

A indústria de propriedade de Lizandro Nicolett empregava grande parte da população e funcionava em quatro turnos de trabalho. A mesma produzia a sacaria utilizada para ensacar a produção cafeeira.

Nem todas as fábricas possuíam vilas operárias e nas que existiam o número de casas era sempre inferior ao número de operários o que transformava a casa da fábrica em privilégio de apenas alguns. Em Vitória não foi diferente, o número de casas era inferior ao número de operários logo eram estabelecidos critérios para distribuição das mesmas.

A Vila operária funcionou como atrativo para conseguir operários especializados, mas também como forma de manter esse tipo de profissional oferecendo ao mesmo um melhor padrão de moradia e retirando a necessidade do trabalhador de arcar com os custos de transporte.

Foram instalados, para o funcionamento da fábrica, os seguintes equipamentos:

- a escola para ensinar a ler as instruções das máquinas;
- o mercado para gêneros de primeira necessidade;
- a igreja e as áreas de lazer (o estádio e a praça).

No entanto esses, por estarem integrados ao bairro não eram de uso exclusivo dos funcionários e se espraivavam entre a Avenida Vitória (na ocasião denominada Reta do Constantino) e a Avenida Paulino Muller (na ocasião Avenida 15 de Novembro).

Ao patrimônio muitas vezes atribui-se apenas o valor econômico. De acordo com (Choay, 2001: 116) este seria o terceiro valor em uma escala decrescente atribuído a um monumento. O primeiro é o valor nacional, fundamental, responsável por legitimar todos os outros, dos quais é indissociável. O seguinte, cognitivo, relacionado à memória histórica terá o papel efetivo de memória viva uma vez que mobiliza o sentimento de orgulho. Por sua vez o valor econômico é relativo à capacidade de exploração dos monumentos e por fim o valor artístico. O segundo valor citado pela autora é identificado em relatos escritos em mídias públicas e redes de compartilhamento de imagens referente à natureza simbólica da fábrica e memorial do bairro dos quais seguem alguns trechos:

Em frente a fábrica de Tecidos estava o Grupo Escolar “Padre Anchieta”, construção de dois pavimentos, de cor amarela, grande, com um pátio no seu interior e um galpão coberto que abrigava a parte interna, onde estava o refeitório... o porteiro tomava conta das crianças, principalmente na hora de atravessar a Avenida Vitória... No pátio descoberto, do lado externo localizava-se o manguezal da ilha de Santa Maria, e mais próxima a Avenida Vitória, uma plantação de Juta, além de um imenso Pau Brasil, árvore símbolo nacional, e todos os anos no dia da árvore faziam uma homenagem a natureza... Diariamente era grande o movimento de caminhões na porta da fábrica, vinham do porto de Vitória, carregados de juta, descarregada dos navios vindos do Pará e Amazonas, para ali serem transformadas em sacaria de juta, cujos sacos serviam para ser colocado o café destinado à exportação. (Faria, 2010)

A fábrica foi desativada após o incêndio ocorrido no depósito de juta na década de 60. A vila operária já havia perdido a sua configuração original na década anterior fruto do alargamento da Avenida Vitória. O mercado, a igreja e poucas unidades residenciais da vila permanecem como registro da história.

A figura 9 registra a construção do conjunto.

Nas fachadas externas fenestramentos por janelas e portas que davam a mesma uma maior interação com o

meio externo e pode-se observar também a configuração em linha com paredes geminadas. Além de controlados pelo proprietário do imóvel os habitantes da vila exerciam uns sobre os outros, o controle interno.

A anexação do espaço de trabalho ao espaço de morar criou uma dependência que de ordem econômica, expressa na relação de trabalho, passou a ser completa, na medida em que, se estendeu a casa, o espaço da família, redefinindo e controlando as relações sociais que lhes são próprias. A manutenção do trabalho significava a manutenção da casa.

A Vila Monjardim localizava-se a margem da Avenida Vitória. A avenida que já tinha sido levantada em relação ao nível do mar, alargada e macadernizada, nos anos 30 do século passado recebeu 1800 metros de pavimentação de concreto armado sob a supervisão do engenheiro Serafim Derenzi, no entanto, todas essas obras não foram suficientes ao porte e a necessidade de escoamento de tráfego sendo assim, em 1949, Carlos Lindenberg mandou alargá-la, sendo os trabalhos concluídos pelo governador Santos Neves em 1954, tal alargamento sacrificou parte da vila operária.

Algumas casas da vila foram demolidas por ocasião do alargamento da Avenida Vitória, mas, muitas foram reformadas e algumas poucas permanecem guardando as características arquitetônicas originais.

O Bairro Jucutuquara, que se localiza nos limites da área central da ilha de Vitória, não fez parte do Inventário realizado pela UFES. As casas remanescentes não possuem cadastros de preservação ou tombamento.

#### **Casas da Av. XV de Novembro**

Em 1927 foram construídas pelo governo casas para funcionários em Jucutuquara. De padrão superior às casas da vila operária as residências eram geminadas.

Em estilo eclético, projeto de André Carloni, utilizavam platibanda e suave frontão triangular como ilustrado pela figura 10. As primeiras da avenida apresentavam entrada lateral como em casas de chácara.

A antiga Av. 15 de Novembro hoje chama-se Av. Paulino Muller e é via de circulação intensa de tráfego e de uso misto (residencial e comercial). Verifica-se a opção na maioria dos lotes pelo uso comercial no térreo e residencial nos demais andares. Apenas duas casas guardaram alguns traços da arquitetura original (um só pavimento, piso elevado, platibanda e recorte).



**FIGURA 9** | Vila Monjardim em construção. Fonte: PMV, s/ data.



**FIGURA 10** | Casas para funcionários em Jucutuquara. Fonte: IPHAN, s/ data.

Assim como a vila operária, as casas para funcionários públicos em Jucutuquara não foram cadastradas em nenhum órgão de tombamento.

#### **Políticas de Preservação**

O IPHAN tombou no município duas casas na Rua José Marcelino de características coloniais e a chácara do Barão de Monjardim em Jucutuquara também do mesmo período.

A nível estadual a SECULT arquivou processo de tombamento de quatro casas na Rua Muniz Freire protocolado na década de 80 do século passado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil do Espírito Santo. Tal processo procurou reverter a desapropriação por parte do Governo Estadual com objetivo de ampliar o Fórum. Embora tenha a nível documental ocorrido o tombamento das três residências, estas foram demolidas. As residências eram construções de diferentes umas das outras e datavam do período colonial.

A Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Vitória estabeleceu legislação referente aos imóveis com interesse de preservação baseada no segundo Plano Diretor Urbano do município. Das residências apresentadas neste artigo treze estão listadas como edificações em estudo, passíveis de preservação: uma na Rua Henrique Coutinho, sete na Vila Militar, uma na Rua Gama Rosa e quatro na Rua Coutinho Mascarenhas.

A UFES tem contribuído para a questão há duas décadas através do Projeto de Identificação dos Imóveis de Interesse de Preservação do Centro de Vitória realizando Fóruns e Inventários.

#### **CONCLUSÕES**

No espaço urbano de Vitória pode-se observar claramente a apropriação por parte do poder público de áreas significativas para a construção de residências higiênicas que além da função sanitarista simbolizaram o ideário positivista e ainda que localizadas nos diversos bairros da cidade (Parque Moscoso, Centro e Jucutuquara) descrevem com sua arquitetura o mesmo período temporal.

A vila Monjardim serviu aos interesses industriais, mas também a expansão do município. A habitação do operariado seguiu a malha urbana na direção leste e contribuiu para a sua criação, ocupação e transformação.

Os conjuntos residenciais pesquisados foram de iniciativa do poder público e suas unidades vendidas. A autonomia do proprietário permitiu com o passar dos anos a desconfiguração dessas arquiteturas e poucas são as encontradas que conservam o desenho original. Ainda assim o mapeamento dessas iniciativas através da pesquisa de imagens, processos e relatórios bem como as visitas a campo permitiram o resgate da história e através deste documento e de outros subsequentes pretende-se contribuir registrando a formação da habitação popular na região central de Vitória. ■



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BACHEUSER, Everardo:** Onde Moram os Pobres – As “Villas” da Companhia Saneamento. *Revista Renascença*. Nº 15, ano II, 1905.

**BELLINI, Anna Karine de Q. C.:** 12º ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil: Parque Moscoso – Vitória / ES. Os deleites de uma paisagem construída, 2014, Vitória, Anais.

**BONDUKI, Nabil Georges:** *Origens da habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade FAPESP, 1998.

—: *CES - Congresso do Espírito Santo. Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro*. Victoria: Imprensa Estadual, 1911.

**CHOAY, Françoise:** *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

**CRUZ, Patrícia Stelzer:** *Território da mobilidade urbana na metrópole portuária da Grande Vitória*. M.Sc., PPGAU/UFES, Vitória, ES, Brasil, 2010.

**DERENZI, Luiz Serafim:** *Biografia de uma Ilha*. Rio de Janeiro: Pangetii, 1965.

**FARIA, Willis de:** *Jucutuquara - o bairro operário - o início da "nação" - "a Villa Monjardim"* Disponível em: <<http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br>> Acesso em: 18 fev. 2014.

—: *GEES – Governo do Estado do Espírito Santo. Exposição sobre os Negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912* – Exm. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro. Victoria: Imprensa Estadual, 1913.

—: *GEES – Governo do Estado do Espírito Santo. Mensagem apresentada pelo Senhor Presidente Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, entre demais feitos do quadriênio de 1924*. Victoria: Imprensa Estadual, 1928.

—: *GEES – Governo do Estado do Espírito Santo. Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo de 1936, do governador João Punaro Bley*. Victoria: Imprensa Estadual, 1936.

- 
- JERONYMO, Vanice:** Caieiras: Cal, Papel, Urbanização. In: CORREIA, Telma de Barros (org.): *Forma Urbana e Arquitetura de Vilas Operárias e Núcleos Residenciais de Empresas no Brasil*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.
- KLUG, Letícia Beccalli:** *Vitória: Sítio Físico e Paisagem*. Vitória: EDUFES, 2009.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza:** *Cidade prospectiva: o projeto Saturnino de Brito para Vitória*. São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAIS, Livia Santos de:** Porto de Vitória: Armazéns do Século XX Patrimônio Industrial e memória do Trabalho. M.Sc., PPGA / UFES, Vitória, ES, Brasil, 2014.
- : PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Cultura. O rio de Janeiro do Botabaiixo. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.
- : SECULT – Secretaria de Estado da Cultura - Governo do Estado do Espírito Santo. Processo 44264810. Tombamento de Edificações da Rua Muniz Freire de 02/03/2009.
- SOUZA, Luciene Pessoti e RIBEIRO, Nelson Pôrto:** *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: PoD, 2009.
- : UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Estudo para o Tombamento do Centro Histórico de Vitória – Patrimônio Histórico e Artístico Cultural. Vitória, 2002.
- VARON, Conceição Maria Ferraz de:** *E a história se repete...as Vilas Operárias e os Conjuntos Habitacionais dos IAPs no Rio de Janeiro*. M.Sc., PUR/ UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1987.
- VAZ, Lillian Fessler:** *Modernidade e Moradia – Habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.